

HERÁCLITO ANTÔNIO MOSSIN

Advogado criminalista – Professor de Direito Processual Penal e Direito Penal da UNAERP – UNIRP - FAAP – Membro da Academia Brasileira de Direito Criminal (ABDECRIM) e Academia Ribeirãopretana de Letras Jurídicas.

JÚLIO CÉSAR O.G. MOSSIN

Advogado criminalista - Curso sobre a reforma pontual do Código de Processo Penal, ministrado pela Escola Superior da Advocacia (ESA) e especialização em direito penal e processual penal pela Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP).

www.mossinadvogados.com.br

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL

**ASPECTOS CONSTITUCIONAIS,
PROCESSUAIS E SUMULARES**

> ÁREA CIVIL E CRIMINAL)



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Recurso Extraordinário e Especial – Aspectos Constitucionais, Processuais e Sumulares (Área civil e criminal)

© Heráclito A. Mossin & Júlio César O. G. Mossin

J. H. MIZUNO 2018

Revisão: Eliane Chainça

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M913d	<p>Mossin, Heráclito Antônio.</p> <p>Recurso extraordinário e especial: aspectos processuais e sumulares / Heráclito Antônio Mossin, Júlio César O. G. Mossin. – Leme (SP): JH Mizuno, 2018.</p> <p>319 p. : 14 x 21 cm</p> <p>Inclui referências.</p> <p>Inclui índice alfabético remissivo.</p> <p>ISBN 978-85-7789-343-0</p> <p>1. Recurso especial - Brasil. 2. Recurso extraordinário - Brasil. I. Mossin, Júlio César O. G. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD-347.81077</p>
<p style="text-align: center;">Índice para o Catálogo Sistemático:</p> <p style="text-align: center;">1. Recurso Especial : Brasil 347.81077</p> <p style="text-align: center;">2. Recurso Extraordinário : Brasil 347.81077</p>	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

J. H. MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

1115657

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

CAPÍTULO 1

Aspectos Constitucionais

1.1. Recurso extraordinário	11
1.1.1. Antecedentes.....	11
1.1.2. Recurso assemelhado no direito comparado.....	18
1.1.3. Natureza jurídica e definição.....	20
1.1.4. Base normativa	24
1.1.4.1. Considerações	24
1.1.4.2. Decisão que contrariar dispositivo desta Constituição.....	27
1.1.4.3. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	32
1.1.4.4. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.....	36
1.1.4.5. Decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	39
1.2. Recurso especial.....	41
1.2.1. Antecedentes.....	41
1.2.2. Recurso assemelhado no direito comparado.....	46
1.2.3. Natureza jurídica, finalidade e definição	49
1.2.4. Base normativa	52
1.2.4.1. Considerações	52
1.2.4.2. Decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.....	53
1.2.4.3. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	57
1.2.4.4. Decisão que der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal	59

CAPÍTULO 2

Aspectos Processuais

2.1. Considerações.....	67
2.2. Pressupostos recursais objetivos	68
2.2.1. Recurso adequado	70
2.2.2. Unirrecorribilidade	75
2.2.3. Tempestividade	76
2.2.4. Motivação	82
2.2.5. Regularidade formal	84
2.3. Pressupostos recursais subjetivos	88
2.4. Pressupostos específicos	89
2.4.1. Considerações	89
2.4.2. Fontes de decisões que permitem o extraordinário e o especial	90
2.4.3. Esgotamento prévio das instâncias ordinárias	92
2.4.4. Proibição do reexame de prova	96
2.4.5. Prequestionamento	102
2.4.6. Preparo.....	121
2.4.7. Repercussão geral no extraordinário	135
2.5. Procedimento do extraordinário e do especial	150
2.5.1. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	159
2.5.2. Agravo interno	165
2.5.3. Efeito recursal	168
2.5.4. Recursos repetitivos.....	173

CAPÍTULO 3

Aspectos Sumulares

3.1. Inteligência da palavra súmula e sua finalidade.....	193
3.2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	197
3.2.1. Súmulas 5/STJ e 454/STF	197
3.2.2. Súmulas 7/STJ e 279/STF	200

3.2.3. Súmula 13	211
3.2.4. Súmula 83	215
3.2.5. Súmula 86	217
3.2.6. Súmula 123	218
3.2.7. Súmula 126	220
3.2.8. Súmula 203	223
3.2.9. Súmula 207	224
3.2.10. Súmula 211/STJ e 356/STF	227
3.2.11. Súmula 315	232
3.2.12. Súmula 316	237
3.2.13. Súmula 518	240
3.2.14. Súmula 568	242
3.2.15. Súmula 579	247
3.3. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	251
3.3.1. Súmula 279	251
3.3.2. Súmula 280	252
3.3.3. Súmula 281	256
3.3.4. Súmula 282	257
3.3.5. Súmula 283	260
3.3.6. Súmulas 284 e 287	262
3.3.7. Súmula 285	267
3.3.8. Súmula 286	268
3.3.9. Súmula 287	269
3.3.10. Súmula 289	269
3.3.11. Súmula 291	272
3.3.12. Súmulas 292 e 528	273
3.3.13. Súmula 296	276
3.3.14. Súmula 299	278
3.3.15. Súmula 356	280
3.3.16. Súmula 399	280
3.3.17. Súmula 400	281
3.3.18. Súmula 432	284
3.3.19. Súmula 454	286

3.3.20. Súmula 456	286
3.3.21. Súmula 513	289
3.3.22. Súmula 528	291
3.3.23. Súmula 602	292
3.3.24. Súmulas 634 e 635	292
3.3.25. Súmula 636	297
3.3.26. Súmula 637	300
3.3.27. Súmula 638	302
3.3.28. Súmula 639	302
3.3.29. Súmula 640	304
3.3.30. Súmula 727	306
3.3.31. Súmula 728	307
3.3.32. Súmula 733	308
3.3.33. Súmula 735	309
REFERÊNCIAS	311
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	315